



## **PROPOSTA**

### **ATRIBUIÇÃO DE MANDATO**

A actuação do Ministério Público de Ponte de Lima na colocação em causa dos registos na conservatória do registo predial dos terrenos baldios cedidos para a construção de habitações, cria um imbróglio muito sério e uma injustiça tremenda para todos aqueles que não conseguem resolver esta questão que dura, em muitos casos, há mais de vinte anos.

Nos termos da Lei dos Baldios é possível a alienação para ampliação da área urbanizável da Freguesia de terrenos que reúnam alguns requisitos específicos.

Entende a Junta de Freguesia que é possível preparar os processos relativos a todas as situações que se encontram não registadas ou ainda aquelas que o Ministério Público venha a por em causa e, proceder à hasta pública necessária para resolver legalmente todas as situações que vierem a ser apuradas.

Naturalmente que é da competência da Assembleia de Compartes a aprovação de todos estes procedimentos, mas também entendemos que a Assembleia de Freguesia deve aqui também emitir uma opinião uma vez que é o Executivo da Freguesia que administra o território baldio de Arcozelo.

Assim, vimos solicitar a aprovação pela Assembleia de Freguesia de:

1. Um mandato que permita à Junta de Freguesia organizar todo este complexo processo de alienação em hasta pública ao abrigo dos n.os 1, 2 e 3 do artigo 31º da Lei N.º 68/93.
2. Aprovar os valores a submeter à aprovação da Assembleia de Compartes para os terrenos a alienar:
  - a. Um euro por metro quadrado até 500,00 metros quadrados;
  - b. Cinco euros por metro quadrado para as áreas que ultrapassem os 500,00 metros quadrados.

Arcozelo, 08 de Abril de 2011

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

---